

ESTRANHOS NUMA TERRA (QUASE) ESTRANHA: OS CONTACTOS PRÉ-COLONIAIS NO SUL DO TERRITÓRIO ACTUALMENTE PORTUGUÊS

Ana Margarida Arruda*

INTRODUÇÃO

O Oriente mediterrâneo foi considerado (e, em grande parte, ainda é) o motor do desenvolvimento e das transformações ocorridas nas áreas meridionais da Europa Ocidental. As perspectivas difusionistas e histórico-culturalistas atribuíram quase sempre aos agentes orientais papel definitivo nos fenómenos ocorridos no Ocidente peninsular em situações diversas, muitas delas diacronicamente distantes, como são, por exemplo, os casos do início do Neolítico, da construção de *tholoi*, e da divulgação da tecnologia do cobre. Não é este o local para discutir os efeitos destas perspectivas na produção científica peninsular, em geral, e portuguesa em particular, nem tão pouco para apresentar as que se construíram no momento em que o indigenismo foi colocado na agenda da teoria arqueológica. De qualquer modo, o adágio romano «Ex Oriente Lux» não está na origem da questão que aqui me propus tratar, ou seja: saber se a colonização fenícia da Península Ibérica no 1º milénio a.C. foi ou não precedida por contactos de carácter exploratório que teriam como objectivo preparar a referida colonização.

Com efeito, a teoria da Pré-colonização, neste caso concreto, relaciona-se com a tentativa de solucionar a dicotomia existente entre a cronologia atribuída pelos autores clássicos à fundação de Gadir (século XII a.C.) e as datas que, nos finais dos anos 50 e nos 60 do século XX, se podiam inferir dos materiais arqueológicos recolhidos, primeiro em Lixus, e, mais tarde, nas então designadas «feitorias paleo-púnicas» da costa de Málaga e de Granada (séculos VIII/VII a.C.). Não se pretendendo então pôr em causa a veracidade dos textos clássicos, onde, primeiro, Veleio de Patérculo e, depois, Mela e Plínio localizavam a fundação de Gadir em 1104 ou 1103 (80 anos depois da Guerra de Tróia), nem sendo possível questionar a cronologia da cerâmica grega que suportava a atribuição ao século VIII a.C. da instalação de fenícios no norte de África e na costa de Málaga, havia que procurar soluções para conciliar o que parecia inconciliável. E as propostas de Miguel Tarradell, que, lucidamente e

contra as posturas dominantes, compreendeu o importante papel das populações próximo orientais no processo de orientalização do Ocidente (1956, 1967; 1968), acabariam por ser aceites, sem grandes reservas, por quase toda a comunidade científica.

É pois necessário tomar consciência de que a teoria da pré-colonização nasceu assim num momento precoce da investigação sobre a colonização fenícia do Ocidente, quando não estavam ainda disponíveis nem cronologias absolutas, nem sequer conjuntos de materiais de dimensão e coerência interna suficientes para que se tornasse possível entender, devidamente, um fenómeno a vários níveis muito complexo.

Por outro lado, este era também um momento em que a própria análise da sociedade que tinha gerado o referido fenómeno era ainda incipiente. Os dados históricos e bíblicos misturavam-se, numa amálgama de contornos difusos, ao serviço de uma historiografia baseada em pressupostos difusionistas, mas ainda com toques do romantismo europeu (sobretudo alemão), que produziu sobre as cidades fenícias sínteses eivadas de preconceitos ditados pela perspectiva decimonónica. O desconhecimento sobre o Oriente e sobre a realidade histórica concreta onde tinham origem os agentes da colonização ocidental era generalizado entre os arqueólogos e investigadores que abordavam os sítios meridionais da Península Ibérica. E a teoria da pré-colonização, preconizada por M. Tarradell, era aceite, sem grandes reservas, em Espanha e Portugal, mas também em Itália (Moscatti, 1983), não só porque servia bem o desajuste entre a cronologia histórica e a arqueológica, mas também porque privilegiava o papel das comunidades fenícias na «descoberta» do Ocidente, tese que agradava particularmente à escola de Roma (Lopez Castro, 1992).

Deve-se a Maria Eugénia Aubet (1987) a primeira crítica bem fundamentada à teoria da Pré-colonização. A consciência de que os fenómenos ocorridos no Ocidente, durante a primeira metade do 1º milénio a.C., eram decorrentes de factos que tinham tido lugar no Oriente obrigou a que procurasse explicar a colonização fenícia na sua origem, e a questão cronológica, um pesado lastro na investigação, foi devidamente integrada nas problemáticas das sociedades próximo-orientais. A pré-colonização do século XII a.C. tornava-se impossível, dada a própria história das cidades fenícias que estariam por detrás dela, mas a validade dos espólios que a materializariam foi também desconstruída do ponto de vista cronológico, como foi, por exemplo, o caso dos marfins de Carmona.

Desde então, muitos dados foram aduzidos aos já existentes, quer no que se refere à colonização propriamente

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa. Portugal. a.m.arruda@ul.pt.

ditada, quer aos momentos que imediatamente a precederam, destacando-se, em ambos casos, os da cronologia absoluta. Neste mesmo volume, outros autores discutem e comentam as datações de rádio carbono obtidas na Península Ibérica para monumentos e sítios do Bronze final e do início da Idade do Ferro. Mas não posso deixar de dizer também que estes novos dados radiométricos, ainda que façam recuar a cronologia arqueológica para datas anteriores ao início do século VIII a.C., mais concretamente do terceiro quartel do século X a.C., estão ainda longe das que os autores clássicos propuseram. Com efeito, se parece evidente que a pré-colonização encurtou quase dois séculos, a verdade é que teria ainda assim durado um e meio, mesmo depois de os novos dados de Huelva (González de Canales *et al.*, 2004), tanto os arqueológicos e tipológicos como os de ¹⁴C, terem permitido fazer ainda recuar mais umas quantas décadas a cronologia da chegada das primeiras vagas de colonos fenícios ao Ocidente.

De qualquer modo, o tema da Pré-colonização nunca foi completamente abandonado, ainda que, quer a designação quer o próprio conteúdo do conceito tenham sido, algumas vezes, revisitados. E a sua actualidade e discussão parecem cada vez mais evidentes quando o número de artefactos relacionados com o tema aumenta na proporção directa da investigação produzida no âmbito do Bronze Final.

Marisa Ruiz Galvéz (2000, 2005) e Jaime Alvar (1997, 2000), que nunca deixaram completamente cair o tema, defenderam em textos recentes que, anteriormente à instalação de fenícios na Península Ibérica, o Ocidente foi visitado por navegadores orientais. Sendo diferentes os argumentos em que baseiam as suas propostas (mais arqueológicos os de Ruiz Galvéz, mais históricos os de Alvar), o facto é que ambos concordam no essencial. E se Alvar (*ibidem*, p. 28) considera indispensável que se abandone, definitivamente, o termo pré-colonização, defende a existência do que chama «Modo de Contacto não hegemónico» para definir uma realidade de contactos episódicos, irregulares e não sistemáticos caracterizada pela «...realización de intercámbios sin ocupación territorial...» (*ibidem*). Também para Ruiz Galvéz o conceito de pré-colonização, pelo qual «...declaro, ya desde aquí, mi escasa simpatía...» (Ruiz Galvéz, 2005a: 252), deve ser descartado, atendendo a que esta teoria desvaloriza o elemento indígena no processo de intercâmbio ocorrido. Também Gomez Toscano tem vindo a insistir no papel jogado pelas comunidades autóctones nos processos de transformação ocorridos na Andaluzia Ocidental no que chamou de período formativo e que datou entre 1250 e 1200 (Gomez Toscano, 2006).

No entanto, quase todos concordam hoje que, nos momentos finais do 2º milénio a.C., houve estreitos

contactos entre o Atlântico e o Mediterrâneo, contactos que se materializavam num já vasto conjunto de espólios encontrados nos territórios banhados pelos dois mares (e muitas vezes em áreas interiores), podendo valorizar-se, neste processo, o papel jogado, quer pelas comunidades atlânticas, responsáveis pelo chamado «mercado atlântico», quer o das mediterrâneas, e ainda o das indígenas da Península Ibérica.

No que diz respeito ao pólo mediterrâneo, a origem concreta das populações que navegaram durante os chamados séculos obscuros continua a ser discutida, ainda que a área oriental do mar interior tenha sido quase sempre apontado como o ponto de partida, concretamente o Egeu, Chipre e fachada sírio-palestiniana (entre outros, Almagro-Gorbea 1989, 1998). Mas a Sardenha, no Mediterrâneo Central, tem vindo a ganhar terreno na discussão, não só pelos espólios encontrados no ocidente (mas não necessariamente as cerâmicas), mas também pelas presenças atlânticas e peninsulares encontradas na ilha (Lo Schiavo, 1991; Ruiz Galvéz, 1986; Almagro Gorbea, 2000; Ruiz Galvéz *et al.*, 2005). Neste contexto, Mariano Torres chamou há pouco tempo a atenção para «...el hecho ya recogido en las fuentes de la fundación de la ciudad sarda de Nora por Nórax, un nieto de Gerion (Pausanias, X, 17.5) que puede ser el reflejo mítico de estos viajes...» (Torres Ortiz, 2005: 48). Por outro lado, foi já defendido que a Sardenha poderia ter distribuído os artefactos que as duas redes (atlântica e mediterrânea) fizeram circular, actuando como «...el mercado mediterráneo de los bronceos atlánticos...» (Lo Schiavo, 1991: 214), ou seja colocando no Mediterrâneo Central e Oriental os produtos atlânticos e «ibéricos» (*ibidem*), mas também poderia ser responsabilizada pela distribuição, no Ocidente, de objectos produzidos no Oriente.

De qualquer forma, a verdade é que, entre os séculos XII e IX a.C., um amplo leque de objectos circulou por um vasto espaço que abrange territórios compreendidos entre a Bretanha francesa e o Mediterrâneo Oriental, e existem abundantes testemunhos de que a Península Ibérica, quer meridional, quer ocidental, foi tocada por esse processo. E as cerâmicas micénicas de Llanete de los Moros, Córdova (Martín de la Cruz, 1988) e as outras a torno da Cuesta del Negro, Carmona e Gatas (Martín de la Cruz e Perlínes Benito, 1993; Perlínes Benito, 2005), a metalurgia centro mediterrânea de Baiões, as espadas e punhais de tipo Monte Sa Idda da Andaluzia, os artefactos de ferro, ou algumas fíbulas, nomeadamente as de arco multi-curvilíneo, que ocorrem em vastas áreas do território peninsular, são, entre outros, exemplos concretos das ligações entre o Mediterrâneo Central, e talvez oriental, e a Península Ibérica.

As cerâmicas sardas, contudo, podem inscrever-se já num outro modelo, uma vez que em Huelva apareceram num contexto que pode ser considerado da Idade do Ferro,

ainda que antigo (entre o último quartel do século X e primeira metade do IX a.C., de acordo com as datas de ^{14}C obtidas recentemente¹), e onde dominam as cerâmicas fenícias (Gonzalles de Canales *et al.*, 2004), em Cádiz surgem associadas a materiais que correspondem ao horizonte conhecido por Mezquitilla B2, portanto em âmbito de colonização fenícia (Córdoba Alonso e Ruiz Mata, 2005), e, no Carambolo (Torres Ortiz, 2004), não é agora completamente seguro que exista uma ocupação do Bronze Final (Rodríguez Azoge e Fernandez Flores, 2005). Assim, pode pensar-se que as cerâmicas sardas peninsulares integravam o «pacote» fenício inicial, mesmo que não seja absurdo propor que a sua inclusão nos contextos meridionais da Península Ibérica correspondeu a um momento em que diversas etnias, ainda que todas mediterrâneas, participavam nos intercâmbios, situação que nos finais do século IX se dissolveu, com os tírios a tornarem-se nos únicos protagonistas, através de um processo de contornos coloniais que incidiu na Península Ibérica, mas também na própria Sardenha, bem como na Sicília e em Chipre.

Mas deve também ponderar-se se as ligações entre o Mediterrâneo Central e a Península Ibérica durante os séculos XII, XI e primeira metade do X, que, como disse antes, se inscreveram aparentemente num movimento mais vasto de trocas entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e os intercâmbios culturais e de mercadorias que elas desencadearam podem ser considerados «pré-coloniais», a não ser na sua asserção estrita (por terem acontecido num momento anterior à colonização propriamente dita). A pergunta que se coloca é se estes contactos, episódicos, irregulares e não sistemáticos, que ninguém discute, e que precederam a instalação de colonos, foram preparatórios da fase seguinte. E, naturalmente, se os agentes de um e de outro processo têm a mesma origem e idêntica motivação. Ou seja se houve ou não continuidade entre a movimentação de populações entre o Mediterrâneo e o Atlântico durante o final da Idade do Bronze e o processo que conduziu à instalação de colónias fenícias no Ocidente.

O TERRITÓRIO ACTUALMENTE PORTUGUÊS E A PRÉ-COLONIZAÇÃO

Estranhamente, ou talvez não, é do Centro de Portugal, e especificamente do seu interior, que são

provenientes os elementos mais numerosos relacionados com a problemática que esta obra discute. Raquel Vilaça, neste mesmo volume, expõe, analisa e contextualiza devidamente essa informação, e também alude à diversidade de dados entre o centro interior e a Beira Litoral e mesmo o Norte.

Com efeito, é já longa a lista de sítios que, no interior Centro, ofereceram espólios que podem ser relacionados com artefactos considerados de âmbito mediterrâneo, mesmo que, como refere Vilaça, se deva dizer que, por um lado, são, quase sempre, apenas vestigiais nos conjuntos exumados, e, por outro, correspondem, maioritariamente, a objectos de adorno, como as contas de vidro, as pinças e, sobretudo, as fíbulas. As cronologias que se inferem das datações de radiocarbono são quase todas centradas em torno aos séculos XI – X a.C., ainda que haja casos de contextos mais tardios, como por exemplo no Outeiro dos Beijós e em Baiões².

Mas as fíbulas de Macedo de Cavaleiros, de Marco de Canaveses e de S. Julião, associadas, no último caso, a faca de ferro e contas de vidro, objectos de adorno que também se encontram em Amares³, são exemplos da existência a norte do Douro, durante os séculos X e IX a.C., de artefactos meridionais.

As cronologias propostas para estas realidades do Norte, com base em datações de carbono 14, bem como para outras do Centro, evidenciam, contudo, que estas presenças podem não ser, necessariamente, decorrentes de um processo pré-colonial. Com efeito, e como já antes referi, tendo em consideração as datações obtidas em Huelva⁴, parece provável que em algumas áreas do sul da Península Ibérica os materiais orientais se inscrevem num outro modelo, mais concretamente no «Modo de Contacto Sistemático (MCS)» de Jaime Alvar (2000, 28) e que, quase seguramente, as populações mediterrâneas instaladas em Huelva tinham origem na fachada sírio-palestiniana. Não significa isto que os tírios instalados em Huelva tivessem o controle absoluto das rotas para Ocidente e fossem os únicos a poderem transportar para o Atlântico produtos e gentes. Pelo contrário, parece provável que os finais do século X a.C. correspondam a um momento de mudança, em que os uns perdem protagonismo e outros o ganham. Mas não é agora impossível pensar que alguns artefactos mais tardios possam ter já penetrado através

¹ As datas apontam para uma idade média de 2755 ± 15 BP, que, calibrada a dois sigmas, corresponde, com 94% de probabilidade, a 930-830 Cal. B.C., ou seja, segunda metade/finais do séc. X-inícios do IX AC. (Nijboer e Plicht, 2006).

² Sobre os sítios, os materiais e as cronologias: Raquel Vilaça, neste mesmo volume, com bibliografia actualizada. Acrescente-se, contudo, que as quatro datações de radiocarbono existentes para Baiões (GrN-7484: 2650 ± 130 BP – Kalb, 1974-1977 e GrA-29095: 2745 ± 40 BP; GrA-29097: 2680 ± 40 BP; GrA-29098: 2650 ± 35 BP, calibrando as três últimas em: 906-796 cal. AC; 895-787 cal. AC e 895-806 cal. AC., Vilaça neste mesmo volume) não estão directamente associadas ao conjunto de bronzes conhecido por «depósito» de Baiões.

³ R. Vilaça neste mesmo volume.

⁴ Ver nota 2.

de agentes distintos daqueles que foram responsáveis pela introdução dos mais antigos.

Não posso deixar também de registar eu aqui a enorme assimetria verificada, em termos de número de dados, verificada entre o Sul, que me coube tratar, e a Beira interior, abordada por R. Vilaça, assimetria que pode reflectir tão só a «geografia da investigação» do Bronze Final português. Com efeito, os projectos de investigação que foram desenvolvidos nas actuais províncias da Beira Baixa e da Beira Alta, levados a efeito pela referida investigadora e por João Senna Martinez, respectivamente, e por este último e por colegas das Universidades de Braga e Porto, no Norte, não têm paralelo no Sul, onde a maioria da informação disponível sobre o Bronze Final resulta mais de achados fortuitos, de prospecções e de trabalhos pontuais, do que de investigação conduzida num âmbito mais vasto.

Espera-se que as escavações no Castro dos Ratinhos e as que António Monge Soares tem em curso, por exemplo em Monte da Sala e Passo Alto, estas últimas integradas num projecto de investigação específico sobre o Bronze Final de uma área concreta do Baixo Alentejo, venham trazer alguma luz à obscuridade dominante sobre a época na região.

Mas a verdade é que estas pesquisas, assim como as que Manuel Calado e Rui Mataloto têm vindo a desenvolver no Distrito de Évora, estão apenas a começar, e grande parte do conhecimento do final da Idade do Bronze no Alentejo está baseado em trabalhos antigos, que não se consubstanciaram na publicação exaustiva dos resultados. Assim, e não obstante o esforço efectuado nos anos 80 do século passado por Rui Parreira e Monge Soares na sistematização de dados referentes ao Bronze Final do Alentejo (Parreira e Soares, 1980), a informação é ainda relativamente escassa, e esse esforço não frutificou em trabalhos de campo exaustivos.

Nos trabalhos recentes, concretamente nos do Castro dos Ratinhos (Silva e Berrocal Rangel, 2005), mas também nos de Rui Mataloto, quer sobre o Alto de São Gens (2004) quer na sua abordagem aos materiais do Castelo do Giraldo (1999), e ainda nos que resultaram das prospecções desenvolvidas no regolfo da barragem do Alqueva e dos levantamentos que conduziram às Cartas Arqueológicas do Redondo e de Vila Viçosa (Calado, Barradas e Mataloto, 1999), um dos temas discutidos tem sido justamente as modalidades da passagem do Bronze Final à Idade do Ferro e, naturalmente, o momento em que se iniciaram os contactos da região alentejana com o universo cultural mediterrâneo. E isto porque em muitos dos sítios identificados as duas ocupações foram, aparentemente, registradas, ou pelo menos existem espólios que podem ser atribuídos às duas épocas, e há pelo menos um caso, o do Castro dos Ratinhos (Silva e Berrocal Rangel,

2005), em que essas ocupações se sobrepunham. Neste último sítio, uma construção de alvenaria de planta rectangular foi identificada, estando-lhe associados escassos fragmentos de cerâmica a torno, alguns deles de engobe vermelho (*ibidem*: 156). Estes níveis da I Idade do Ferro, cuja cronologia proposta me parece muito tardia, ainda que não estejam especificamente sobre camadas do Bronze Final, podem provar a continuidade da ocupação entre os dois períodos representados no sítio do Guadiana.

Esta mesma situação tem vindo a ser proposta para o Alto do Castelhinho da Serra, Montemor o Novo (Gibson *et al.* 1998), onde, contudo, continua a não ser completamente claro se os espólios sidéricos apareceram em níveis diferenciados dos que foram considerados do Bronze Final. Lembro aqui que o Alto de São Gens, na Serra d'Ossa, entregou materiais passíveis de serem integrados no que costuma designar-se de «período orientalizante», mas que os níveis em que estavam contidos ofereceram cerâmicas maioritariamente fabricadas à mão, com morfologias e tratamentos superficiais típicos do Bronze Final (Mataloto, 2004). De facto, há casos em que há níveis do Bronze Final a que se sobrepõem outros da Idade do Ferro (Castro dos Ratinhos e, talvez, Alto do Castelhinho da Serra e há outros em que a ocupação é exclusivamente do Bronze Final (Castelo do Giraldo, Coroa do Frade, Castelo de Arraiolos), e outros ainda em que a Idade do Ferro está representada, mas em que as cerâmicas a torno são minoritárias, dominando as que, fabricadas à mão, se inscrevem numa tradição do período anterior, quer do ponto de vista decorativo quer em termos formais (São Gens).

Os dados que permitem avaliar a existência de contactos entre o Mediterrâneo e o Alentejo interior durante os últimos decénios do 2º milénio e os primeiros do 1º a.C. são, portanto, ainda muito escassos, situação que, muito possivelmente, deriva da pouca atenção que o Bronze Final mereceu por parte dos investigadores em geral, situação que parece estar a ser colmatada pelos projectos em curso na região sobre este período.

De facto, a ocupação do Bronze Final no Alentejo parece ter sido muito intensa a avaliar pela enorme quantidade de sítios que têm sido identificados pelos trabalhos já referidos (Marques e Andrade, 1974; Schubart 1975; Arnaud, 1979; Parreira e Soares, 1980; Calado, Barradas e Mataloto, 1999; Calado, Mataloto e Rocha, no prelo) e ainda pelos que Monge Soares tem desenvolvido, mais recentemente, na margem esquerda do Guadiana (Soares, 2005), mas infelizmente essa intensidade não se documentou ainda em dados passíveis de serem analisados.

É pois, quase exclusivamente, a iconografia das estelas do tipo II ou estremenho, hoje como há 30 anos, a base da análise, com os elementos representados nestes monumentos a serem os que permitem alguma discussão em torno

do tema que me propuseram tratar. As excepções são algumas contas de pasta vítrea encontradas em alguns monumentos e sítios, cuja origem poderá ser discutida ou discutível, bem como os artefactos de ferro e bronze, neste último caso as fíbulas.

Se a situação é esta para o Alentejo, o Algarve é quase um «deserto» no que respeita à ocupação do Bronze Final. E esse deserto só não é absoluto porque, quer no Castelo de Castro Marim quer em Tavira, foram encontrados níveis com cerâmicas exclusivamente fabricadas à mão, algumas decoradas com técnicas e motivos consentâneos com uma cronologia dos séculos XI a IX a.C., mas cujo limite inferior pode atingir o início do século VIII a.C. (Oliveira, no prelo). Estes níveis, pelo menos em Castro Marim, estavam subjacentes aos correspondentes às primeiras ocupações sidéricas, estas de características eminentemente mediterrâneas.

O *tholos* do Malhanito (Alcoutim), na Serra do Caldeirão, reocupado durante o Bronze Final (Cardoso, 2004b), integra-se já numa área que corresponde ao prolongamento da ocupação do 2º milénio do Baixo Alentejo.

O caso de Pontes de Marchil (Faro) não é fácil de abordar nem de interpretar, já que os resultados da intervenção arqueológica aí levada a efeito nos anos 70 do século XX nunca foram publicados devidamente, resumindo-se a informação disponível a uma pequena nota de carácter divulgativo (Monteiro, 1980). Não é ainda hoje, completamente, perceptível a tipologia e a funcionalidade do sítio, ainda que uma datação de 14C (ICEN 648 – 2977±50 B.P.), que, a dois sigmas, calibra em 1377 – 1009 Cal. B.C., possibilite balizar a ocupação entre o início do século XIV e os finais do XI (Soares e Silva, 1998: 242). Este intervalo de tempo, associado aos espólios recolhidos, concretamente vasos com decoração brunida na superfície interna, permitiu aos investigadores que escavaram o sítio e publicaram a referida datação proporrem uma cronologia do século XII a.C. (*ibidem*).

Sobre a gruta de Ibn Amar, em Lagoa (Gomes, Cardoso e Alves, 1995), com materiais do Bronze Final (cerâmicas com decoração brunida no interior), não existem também nenhuns dados mais concretos, para além da colecção de artefactos coligida por Manuel Bentes e hoje conservada (em grande parte ainda inédita) no Museu Municipal de Portimão⁵.

Do Castelo de Aljezur espera-se a divulgação dos elementos sobre a ocupação pré romana, que remonta ao Bronze Final, mas onde também estão documentados materiais da Idade do Ferro.

Na Quinta da Queimada (Lagos), os materiais, recolhidos nas escavações efectuadas por D. Calado, F. Noce, D. Martín Socas e M. D. Camalich, ainda inéditos, autorizam a identificação de horizontes de ocupação correspondentes a momentos iniciais do Bronze Final (presença de contentores de fundos planos estirados), mas denunciam também os momentos terminais do Bronze tardio (período II do Sudoeste, com vasos decorados com sulcos)⁶.

As notícias de uma ocupação do Bronze Final no Castelo de Alferce (Monchique) são ainda pouco consistentes para definir o carácter do povoamento do sítio e a provável atribuição àquele período dos recintos muralhados exteriores (Grangé, 2006)⁷.

Em nenhum destes sítios foi, contudo, encontrado qualquer espólio que possamos conectar com a presença de populações mediterrâneas no Atlântico português em momento anterior à colonização fenícia, essa sim bem documentada, quer em Castro Marim quer em Tavira, mas apenas a partir dos finais do século VIII/inícios do século VII a.C.. Esta ausência parece incompreensível se pensarmos na proximidade da região algarvia com o depósito da Ría de Huelva e com o «estrato gris-negrusco», retirado debaixo do nível friático, naquela cidade andaluza, em 1998 (González de Canales *et al.* 2004). Lembre-se que o espólio encontrado, datado do X/inícios do século IX a.C., engloba importações fenícias, relacionadas com o estrato IV de Tiro, mas também gregas e sardas.

Uma vez mais, a fraca incidência de projectos de investigação sobre o Bronze Final no Algarve pode ser responsável pela escassez de informação existente para debater o tema em discussão neste livro, devendo lembrar-se que esta região em concreto, pelo menos na sua zona oriental, e ao contrário do que aconteceu no Alentejo, evidenciou ser uma das áreas portuguesas tocadas pela colonização fenícia (Arruda, 1999-2000; 2005a, 2005b).

O Alentejo litoral é também avaro no que se reporta a informações sobre a questão que aqui importa. Os sítios não abundam e os que existem estão maioritariamente

⁵ A observação dos materiais autoriza fazer remontar a ocupação da cavidade ao Bronze tardio (Bronze II do Sudoeste de Schubart).

⁶ Informação de Rui Parreira, a quem agradeço.

⁷ Ainda que haja notícia do aparecimento na necrópole do Serro de Bartolomeu Dias, em Portimão, de uma conta de colar de vidro (Schubart, 1975), o sítio, uma necrópole atribuída ao Bronze I do Sudoeste (nº 26 do catálogo de Schubart), não foi incluído neste trabalho, uma vez que não é seguro nem o contexto de recolha, nem a cronologia da referida conta (*ibidem*: p. 190). Lembre-se que o objecto de adorno em questão (nº 82), depositado no Museu Municipal da Figueira da Foz, foi recolhido, nos finais do século XIX, dentro de um dos vasos da Idade do Bronze da Sepultura 1, pelo proprietário do terreno. Mas a sua atribuição à Proto História foi descartada, tendo-lhe sido atribuída uma cronologia da época romana ou posterior (*ibidem*).

inéditos. Em nenhum deles foi encontrado qualquer elemento que possamos relacionar com actividades de grupos humanos com origem mediterrânea, em momentos que precederam a instalação de fenícios na Península Ibérica. Com efeito, os povoados da Cerradinha e da Casa Nova, em Santiago do Cacém (Tavares da Silva e Soares, 1978; *ibidem*, 1998) foram datados do Bronze Final através de um conjunto de cerâmicas de fabrico manual com decoração brunida, mas nenhum artefacto, quer cerâmico quer metálico, é passível de ser integrado numa realidade que permita ler qualquer contacto extra regional. Também em Miróbriga, os vestígios associados à ocupação do final da Idade do Bronze foram apenas referidos, não havendo informação de quase nenhum tipo sobre os materiais que estariam associados à base da estratigrafia.

Uma vez mais deve insistir-se que esta ausência é tanto mais incompreensível quanto são conhecidas as presenças de tipo orientalizante na região, de que o melhor exemplo é o extraordinário conjunto da necrópole de Gaio, em Sines (Costa, 1967, 1974). Outras necrópoles sidéricas de clara influência oriental, mas ainda da Idade do Ferro, têm vindo a ser descobertas no Concelho de Odemira, onde se recolheu ourivesaria de ouro e prata, de técnica e iconografia oriental, respectivamente, como a de Colos e a de Algoceira (São Salvador)⁸. De contexto funerário serão também certamente as arrecadas de Odemira, onde a técnica de filigrana foi a usada (Correia, 2005), e as contas de colar de vidro azul escuro, oculadas a branco, com origem em Almogrove.

Por fim, na Península de Setúbal, existe efectivamente alguma informação, quer sobre o Bronze Final em geral (entre outros sítios: Alfirim, Pedreiras, Lapa do Fumo e Castelo dos Mouros⁹), quer sobre situações e artefactos que podem relacionar-se com navegações mediterrâneas para o Atlântico durante o Bronze Final. Um dos sítios é particularmente famoso, sendo sistematicamente trazido à colação na discussão do fenómeno pré-colonial. Trata-se da Roça do Casal do Meio, em Sesimbra, alvo de escavação e publicação no início da segunda metade do século passado (Spindler et al., 1973-1974).

O outro local referenciado para este tema específico da Proto História peninsular é a Quinta do Marcelo em Almada, sítio do Bronze Final, onde está referenciada uma faca de ferro, e para o qual está disponível uma datação de ¹⁴C.

O SUL DE PORTUGAL: OS SÍTIOS E OS MATERIAIS

A QUINTA DO MARCELO

O sítio localiza-se junto à margem esquerda do estuário do Tejo, e nele terá havido ocupação da Idade do Ferro passível de conectar-se com a presença de fenícios no Atlântico ocidental (Barros, 1998). Contudo, terá sido identificada uma fossa de detritos com materiais do Bronze Final, onde se recolheu matéria orgânica que possibilitou a obtenção de uma série de datações de carbono 14, de que ICEN – 924 (2700±70: calibração a dois sigmas 994-783 Cal. B.C.) é a mais conhecida (Senna-Martinez, 2000b: 54)¹⁰.

Nessa fossa, foram recolhidos alguns materiais que importa referenciar aqui, concretamente: cerâmica com decoração brunida, nas superfícies interna e externa, uma conta de colar de âmbar, uma fíbula de dupla mola e outra de arco multi-curvilíneo, uma navalha de barba, as três de bronze, e ainda três facas de ferro (Barros, 1998; Cardoso, 1999-2000; 2002a; 2004a; Melo e Senna-Martinez, 2000; Senna-Martinez, 2000b). A maior parte dos artefactos metálicos poderá ter relação com o universo mediterrâneo e, à excepção das facas de ferro, reveste-se de uma funcionalidade concreta que se prende com hábitos de vestuário e com preocupações estéticas elas próprias também mediterrâneas. Mas a navalha de barba, que poderá incluir-se num circuito mais atlântico do que mediterrâneo, tem igualmente relação com uma estética relacionada com o género masculino e com o poder¹¹.

A origem exacta da conta de colar deverá, contudo, ficar sob reserva antes que uma análise ao âmbar permita uma correcta avaliação. É isto porque de contextos do interior beirão, mas de cronologia idêntica e com semelhantes

⁸ «O medalhão tem forma circular, com um diâmetro de 5 cm, e constituído numa liga metálica prateada, apresentando uma leve oxidação verde no reverso, estando o anverso muito limpo pelo proprietário. Foi feito pelo método de cera perdida com um acabamento a punção. O anverso apresenta dentro de um círculo elevado sobre o disco da peça, com diâmetro de 3 cm, e deslocado do centro para baixo uma figura em alto relevo muito cuidada: admitindo uma origem ou influência egípcia, trata-se de um busto em posição frontal, numa pose hirta, olhar frontal, rosto levemente levantado, braços cruzados sobre o peito, portando um diadema ao pescoço e a coroa do poder faraónico. As insígnias reais, de cada um dos lados da cabeça, parecem sair do espaldar de uma cadeira que não é visível.» <http://www.ipa.min-cultura.pt/> consulta efectuada em 31 de Março de 2006.

⁹ Sobre estes sítios ver bibliografia em: Silva e Soares, 1986; Cardoso, 2000.

¹⁰ As duas outras datas do Bronze Final são: ICEN 920 – 2830±50 (calibração a dois sigmas: 1187-836 CAL B.C.) e ICEN 922 – 1126 (calibração a dois sigmas: 1126-815 CAL B.C.) (Melo e Senna-Martinez, 2000).

¹¹ Sobre a relação das pinças com o estatuto social e o género ver Ruiz-Gálvez Priego (1995f: 139).

filiações culturais, para os artefactos metálicos, existem contas fabricadas com âmbar do báltico (Beck e Vilaça, 1995; Vilaça *et al.*, 2002), ainda que estas pudessem ter chegado conjuntamente com outros artefactos de âmbito mediterrâneo (Vilaça e Arruda, 2006; Vilaça, no prelo a)

ROÇA DO CASAL DO MEIO

A Roça do Casal do Meio é um monumento funerário localizado em Sesimbra, Península de Setúbal, na Quinta do Calhariz.

Foi escavado e publicado por um grupo de investigadores, maioritariamente ligados aos Serviços Geológicos de Portugal, nos anos 70 do século passado (Spindler *et al.*, 1973-1974). A sua peculiar arquitectura e a especificidade do seu espólio implicaram que tenha sido referenciado e citado muitas vezes, a propósito, justamente, da pré-colonização.

Os materiais e a arquitectura da Roça do Casal do Meio foram recentemente «revisitados» e reavaliados, tendo sido realizado um estudo antropológico detalhado dos dois esqueletos e análises de rádio-carbono (Vilaça e Cunha, 2005).

O monumento possuía câmara funerária, com cobertura em falsa cúpula construída com adobes, e corredor, em rampa. Estava rodeado por um espesso muro exterior, circular, e entre ambos existia um espaço aberto (Spindler *et al.*, 1973-1974). Trata-se de uma necrópole de inumação, onde foram identificados dois enterramentos, correspondentes a dois indivíduos do sexo masculino. Foram colocados junto ao fundo da câmara funerária, tendo ambos a cara voltada para Norte.

Directamente associados a estes dois indivíduos, encontraram-se espólios metálicos de bronze, concretamente uma fíbula, duas pinças, uma argola e um colchete de cinturão. As pinças dividiam-se entre os dois esqueletos (uma junto de cada um: sob o crânio num dos casos, encosta ao ombro, no outro), enquanto os restantes materiais correspondiam apenas a um indivíduo. Assim, um possuía uma pinça, uma fíbula e um colchete; o outro uma pinça e uma argola. Mas este último tinha ainda, sobre o ombro esquerdo, um pente de marfim e, aos pés, os restos de duas cabras e de dois carneiros.

Ainda na câmara, foram identificados dois vasos. Um é biconico e apresenta a superfície externa decorada com retícula brunida e o outro corresponde a uma taça carenada, com fundo ligeiramente côncavo e uma pega vertical perfurada, colocada entre o bordo e a carena. Entre as pedras de construção do monumento foram também recolhidos restos de um outro vaso.

A descrição e a tipologia dos materiais recolhidos na Roça do Casal do Meio são já muito conhecidas, bem como os problemas que levantam no que se refere à sua adscrição cultural a uma área concreta de influência. Ainda

assim, parece importante recordar que a fíbula de arco multi-curvilíneo do monumento de Sesimbra se integra no tipo Ponte 1a (2001: 140), tipo com abundantes paralelos na bacia do Mediterrâneo Central. Mas a da Roça do Casal do Meio corresponde a um grupo antigo deste tipo (Ponte, 1999a: 8), grupo que apresenta uma distribuição em Portugal localizada sobretudo na área central e setentrional, do actual território português, mas sempre interior, concretamente em S. Pedro do Sul (Nossa Senhora da Guia, Baiões), Seia (São Romão), Viseu (Santa Luzia) e Lavra (Marco de Canavezes) (*ibidem*). Em termos peninsulares e extra peninsulares, as fíbulas deste grupo antigo do tipo 1 são conhecidas em Granada (Monachil), mas também em Salamanca (Berrueco) e em França, concretamente em Vénat e Amiens (*ibidem*).

Também as pinças e o pente de marfim merecem um muito breve comentário. Para as primeiras, já foi realçado que «São dos exemplares mais antigos do Ocidente peninsular, a par de outras quatro, curiosamente do mundo beirão» (Vilaça e Cunha, 2005: 55). O pente de marfim tem sido considerado importado, dado o material em que foi produzido. A relação destes artefactos com o mundo Mediterrâneo foi sempre aceite sem quaisquer reservas.

O conjunto artefactual e a própria arquitectura têm sido os argumentos sistematicamente esgrimidos para a defender a tese da origem exógena dos construtores do monumento e dos próprios inumados (Cardoso, 2000: 65), ou, pelo menos, do profundo envolvimento dos grupos humanos que construíram a Roça do Casal do Meio com os navegadores mediterrâneos, concretamente sardos, que no final da Idade do Bronze teriam chegado à costa ocidental peninsular (*ibidem*).

O trabalho de Raquel Vilaça e Eugénia Cunha ajuda a esbater estas teses, sobretudo pela análise antropológica que foi realizada sobre os esqueletos dos indivíduos inumados no monumento de Sesimbra. Com efeito, o estudo antropológico levado a efeito provou que se tratava de dois adultos, de estatura média a alta, que evidenciavam alto grau de robustez, sobretudo nos membros inferiores, robustez essa que «...poderá ser explicada com base num esforço físico, repetido ao longo de vários anos» (Vilaça e Cunha, 2005: 52). Se estes sinais se prendiam ou não com a «Síndrome do Cavaleiro» não ficou devidamente esclarecido, mas parece hipótese a não descartar se se aceitar «...que o esforço de andar a cavalo esteja na origem de algumas lesões detectadas nas zonas de inserção muscular registadas». De qualquer forma, admite-se que a antropologia demonstrou que um dos inumados «...terá montado a cavalo muito frequentemente...» (*ibidem*, p. 54) facto que «...não é fácil de articular com o dia a dia de um comerciante...» (*ibidem*).

Assim, os inumados não parecem ser exógenos, mas indígenas, podendo defender-se que os próprios construtores

seriam também nativos, e não sardos, como aliás bem demonstrou Mariano Torres, em 1999 e mais recentemente (2005). O desconhecimento generalizado sobre as necrópoles do Bronze Final não permite encontrar paralelos exactos, ou mesmo próximos, para o monumento da Roça do Casal do Meio, que, no entanto, aparenta ter, na sua globalidade, uma vaga proximidade formal e de soluções construtivas com os monumentos megalíticos de tipo *tholos*. Havendo dados arqueológicos que permitem descartar a possibilidade de se tratar de um *tholos* original reaproveitado no final do I milénio a.C. (contra: Cardoso, 2005), tudo indica que se trata de uma construção ex novo, indígena e para indígenas. Mas estes indígenas não seriam certamente uns indígenas comuns e poderiam fazer parte das elites locais que, de uma forma ou de outra, participaram e tiveram papel preponderante nas redes de intercâmbios que ligaram o Atlântico e o Mediterrâneo durante o Bronze Final.

A cronologia que as datações de rádio-carbono proporcionaram é consentânea com a proposta inicial dos escavadores, e poderá centrar-se entre os meados do século X e os inícios do IX¹².

ALCÁÇER DO SAL

Alcácer do Sal é conhecida na bibliografia arqueológica sobretudo pela sua necrópole sidérica e pelos conjuntos artefactuais que dela são provenientes. No Castelo, o povoado correspondente, foram feitas escavações arqueológicas de alguma extensão que, contudo, permanecem inéditas na sua maioria, tendo sido publicadas apenas as que foram conduzidas pela equipa do Museu de Arqueologia de Setúbal (Tavares da Silva *et al.*, 1980-1981). Os resultados desses trabalhos, que evidenciaram uma sequência ocupacional longa, com particular incidência na Idade do Ferro e na Época romana, comprovaram a existência de um nível do final da Idade do Bronze, caracterizado por um conjunto de cerâmicas manuais, algumas decoradas com retícula brunida. Esta fase da ocupação do sítio subjazia aos níveis onde se documentava a mais antiga Idade do Ferro, Idade do Ferro essa de características orientalizantes (*ibidem*).

Até há pouco tempo, os materiais atribuíveis ao Bronze Final resumiam-se pois aos recolhidos no Castelo durante a escavação, até porque as fíbulas de dupla mola existentes na necrópole serão já, na totalidade, datadas da Idade do Ferro, cronologia defensável quer através dos contextos sepulcrais, quer da própria morfologia das fíbulas.

Contudo, e ainda que sem indicação de proveniência específica (necrópole ou Castelo), existe, no instituto de

Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, um fragmento de fíbula de arco multicurvilinear, de tipo 1b de Ponte, integrando-se num subtipo «...caracterizado por um descanso em disco e uma mola unilateral...» (Ponte, 1999a: 9; 2001: vol. 2: 141) que, em Portugal, tem bons paralelos em Mondim da Beira (Viseu), Castro de Pirreitas (Alcobaça) e Areias, Guincho (Cascais) (*ibidem*). Este subtipo de fíbula com arco multicurvilinear, que não é frequente na Península Ibérica, poderia ser datada dos finais do século X e inícios do IX a.C. (*ibidem*).

A sua presença em Alcácer do Sal poderá relacionar-se com a ocupação do Bronze Final identificada no Castelo.

CABEÇA DE VAIAMONTE (MONFORTE)

Os materiais pré-romanos de Vaiamonte, estudados no final da última década do século XX (Fabião, 1996; 1998), são essencialmente da Idade do Ferro, sobretudo da 2ª metade do 1º milénio a.C.. Contudo, uma ocupação calcolítica foi também registada e existem espólios que podem ser associados a níveis do Bronze Final. A ausência de dados estratigráficos e alguns materiais integráveis numa realidade conectada com a chamada I Idade do Ferro possibilitaram que se tivesse defendido que as cerâmicas manuais brunidas do sítio de Monforte pudessem ser já atribuídas a esta última (*ibidem*). No entanto, não deve descartar-se a possibilidade de ter existido no local uma ocupação do Bronze Final, sendo aos níveis correspondentes a essa ocupação que pertenceriam a fíbula de dupla mola (Ponte, 1985) e o pente de marfim (Gomes, 1990; Almagro Gorbea, 1996a; Fabião, 1998) aí encontrados, ainda que se saiba que a cronologia das duas peças, sem contexto arqueológico seguro, seja também passível de se atribuir à Idade do Ferro. De qualquer forma, e como já antes referi, existem de facto povoados do Bronze Final, a que se podem sobrepor, ou não, ocupações da Idade do Ferro mais ou menos antigas. Para o primeiro dos casos o Castro dos Ratinhos é um bom exemplo, assim como, muito possivelmente, o Alto do Castelhinho da Serra e, no segundo, cabem a Coroa do Frade, o Castelo do Giraldo e o Castelo de Arraiolos.

De qualquer modo, e a ter existido, pode admitir-se que a ocupação do Bronze Final de Cabeça de Vaiamonte seja já relativamente tardia, uma vez que a fíbula de dupla mola pode apontar nesse sentido. Convém ainda recordar a propósito deste sítio e das suas ocupações sidéricas que a melhor documentada se relaciona preferencialmente com o mundo continental (Fabião, 1996, 1998), mas alguns espólios meridionais estão presentes também (Fabião, 1996).

¹² GRA – 13501: 2760±40 BP (calibração a 2 sigmas: 928-828 CAL B.C.) e GrA 13502: 2820±40 BP (calibração a 2 sigmas: 1053 – 892 cal. B.C.) (Vilaça e Cunha, 2005).

CASTELO DE ARRAIOLOS

Nos inícios da segunda metade do século XX, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade conduziram trabalhos arqueológicos no Castelo de Arraiolos (Marques e Andrade, 1974). Desses trabalhos resultou a recolha de um conjunto de materiais actualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia, que engloba cerâmicas manuais decoradas com retícula brunida e artefactos metálicos de bronze de que se destaca uma fíbula de dupla mola (*ibidem*). Uma fíbula de tipo sanguessuga e uma chapa de ferro terão sido também então recolhidos, mas foram apenas referidos e jamais publicados (V.V.A.A. 1994: 68).

De outros trabalhos será proveniente o punhal de tipo «Porto de Mós» estudado por Virgílio Correia (1988) e que foi encontrado também no interior da fortificação medieval¹³.

Quer as cerâmicas quer os metais (fíbulas e punhal) consentem que se atribua uma cronologia dos momentos tardios do Bronze Final ao Castelo de Arraiolos.

COROA DO FRADE (ÉVORA)

O povoado amplamente fortificado da Coroa do Frade tem uma ocupação humana exclusiva do Bronze Final. Com efeito, e ao contrário do que sucede no vizinho Castelo do Giraldo, ocupado, ainda que nem sempre sequencialmente, durante o Calcolítico, a Idade do Bronze (Antigo, Médio e Final) e a Idade do Ferro (Mataloto, 1999), os resultados das escavações arqueológicas que José Morais Arnaud levou a efeito no sítio (1979) demonstraram que, quer a complexa fortificação, quer os materiais arqueológicos devem ser atribuídos, integralmente ao Bronze Final.

No sítio, para além de um abundante conjunto cerâmico integralmente fabricada à mão, foi recolhida uma fíbula de dupla mola e uma conta de colar de marfim (*ibidem*).

Pretender que a Coroa do Frade foi ocupada apenas a partir do século VIII a.C., com «...contextos cronologicamente integráveis na Idade do Ferro...» (Mataloto, 1999: 19-20) parece contudo um pouco precipitado, mesmo que a proposta de a sua ocupação se ter registado na sequência do abandono do Castelo do Giraldo seja interessante e plausível (*ibidem*). Com efeito, a cronologia das fíbulas de dupla mola, onde se baseia esta

cronologia não permite, na minha perspectiva, a atribuição desta datação¹⁴ de forma inequívoca. Assim, admitir que a Coroa do Frade possa já pertencer à Idade do Ferro que, ao nível das produções cerâmicas, integraria materiais de tradição anterior, é proposta que deveria ser melhor fundamentada, nomeadamente com datações de rádio-carbono, até porque idêntica hipótese formulada para o Cabeço de Vaia Monte não está também documentada por dados estratigráficos seguros (Fabião, 1998). De todos os modos, e no caso da Coroa do Frade, tratar-se-ia, na minha opinião, de um Bronze Final, mesmo que tardio, e nunca de Idade do Ferro, uma vez que a cerâmica é integralmente fabricada à mão e nem sequer está documentada uma arquitectura doméstica de características sidéricas. Que o Bronze Final alentejano possa ter atingido os primeiros anos do século VIII a.C. é uma possibilidade que eu própria defendo, mas, culturalmente, não me parece possível associar as realidades materiais da Coroa do Frade, e de outros sítios alentejanos, à Idade do Ferro.

ROCHA DO VIGIO (REGUENGOS DE MONSARAZ)

Na sequência dos trabalhos de minimização dos impactes sobre o património arqueológico da área a inundar pela barragem do Alqueva, foi identificado o sítio da Rocha do Vigio 2, que foi também alvo de escavações arqueológicas (Calado, Barradas e Mataloto, 1999; Calado, Mataloto e Rocha, no prelo; Calado e Mataloto, no prelo).

Trata-se de um sítio implantado sobre um esporão rochoso sobranceiro à ribeira do Álamo, com vertentes declivosas (*ibidem*).

As estruturas proto-históricas identificadas são de planta ovalada ou circular. A existência de outras de planta quadrangular podem ser associadas à ocupação medieval do sítio, ainda que tal associação não tenha sido plenamente confirmada pelos trabalhos arqueológicos (*ibidem*).

Os materiais recuperados são maioritariamente cerâmicos, de fabrico manual, com as superfícies polidas e por vezes «cepilladas» (*ibidem*). No que se refere aos espólios metálicos, destaca-se um escopro de ferro (*ibidem*; Vilaça, 2006a). Interessante é também o facto de terem sido recolhidos artefactos relacionados com o processo metalúrgico (moldes, escórias, sopradores), um dos quais

¹³ Punhais idênticos e na área interior alentejana registaram-se na Coroa do Frade e em Neves II.

¹⁴ A cronologia das fíbulas de dupla mola, bem como aliás das fíbulas em geral, não é, ainda, completamente segura. Os dados tipológicos são indicadores, mas não são elementos datantes por si próprios. Assim, e ainda que pareça certo que as fíbulas de arco multicurvilinear são anteriores às de dupla mola, a relativamente ampla cronologia destas últimas (que são comuns durante a 1ª Idade do Ferro, concretamente nos primeiros séculos do 1º milénio a.C.) torna-se problemática no momento de atribuir datações aos sítios em que foram encontradas. Registe-se aqui, contudo, que na Quinta do Marcelo estes dois tipos, de arco multicurvilinear e de dupla mola, surgem associados, e note-se que não existem no sítio quaisquer elementos que se possam atribuir à Idade do Ferro, como sucede na vizinha Quinta do Almaraz, onde as fíbulas de dupla mola podem corresponder já à Idade do Ferro.

parece estar conectado com o referido ferro (Calado, Mataloto e Rocha, no prelo). Trata-se de um molde, bivalve, de grauvaque, para escopros, cuja forma é morfológicamente idêntica ao do escopro de ferro (*ibidem*). Poderá tratar-se da tentativa de copiar um artefacto importado, fazendo-se a partir dele o molde que permitia a produzir, em bronze, objectos de funcionalidade e morfologia semelhantes.

A partir das cerâmicas, ensaiou-se um estudo paleomagnético, que forneceu um conjunto de datações (*ibidem*):

- amostra 1: 1150 B.C.;
- amostra 2: 1110 B.C.;
- amostra 3: 1000 B.C.;
- amostra 4: 1090 B.C.;
- amostra 5: 980 B.C.;
- amostra 6: 1170 B.C.;
- amostra 7: 1010 B.C.;
- amostra 8: -1030 B.C.;

Entretanto, duas datas de rádio-carbono foram também obtidas para o sítio, concretamente para a sua ocupação proto-histórica. São elas:

1. WK 18496: 2645 + 33 BP que com calibração a dois sigmas fornece os seguintes intervalos de tempo:
68,2% probabilidades: 830 - 795 Cal. B.C.
95,4% probabilidades: 900-770 Cal. B.C.
2. WK 18497: 2536 + 30 BP a partir da qual, depois da calibração a dois sigmas, indicou:
68,2% probabilidades: 800 - 740 Cal. B.C.
95,4% probabilidades: 800 - 540 Cal. B.C.

Estas datações de ¹⁴C deixam antever para a ocupação do Bronze Final do sítio uma cronologia bastante tardia. Trata-se, efectivamente, de um momento que corresponde à chegada da segunda vaga de colonos fenícios à costa de Málaga, altura em que são fundadas, por exemplo Toscanos ou Cerro del Villar, e em que no litoral ocidental português se assinalam os primeiros contactos de índole colonial, concretamente no estuário e no baixo vale do Tejo, Santarém e Almaraz (Arruda, 1999-2000; 2005a e 2005b), sendo mesmo de acrescentar que as influências orientalizantes são sentidas nesta mesma altura no médio vale do mesmo rio (Vilaça, 2000b).

SERRA ALTA (MOURA)

A ocupação do Bronze Final do povoado da Serra Alta está muito bem documentada, ainda que os materiais tenham sido recolhidos, na totalidade, em trabalhos de prospecção e, portanto, à superfície (Parreira e Soares, 1980; Soares 2005)¹⁵.

O conjunto cerâmico é apreciável, contando-se entre ele vasos com decoração brunida na superfície externa e ainda cerâmica pintada de «tipo Carambolo».

Uma fíbula terá sido também recolhida nos trabalhos de prospecção levados a efeito por Monge Soares no final da década de 70 do século XX, fíbula essa que não foi ainda publicada do ponto de vista tipológico, mas que foi já alvo de análise metalográfica (Soares *et al.*, 1996: 565). O desenho publicado parece indicar que se trata de um arco de uma fíbula de tipo Ponte 1a, podendo assim enquadrar-se na problemática que este livro trata.

BALEIZÃO (BEJA)

Entre os 31 artefactos metálicos (de ouro e de bronze) que compõem o importante Tesouro do Baleizão¹⁶, encontra-se o arco de uma fíbula de arco multicurvilinear de tipo 1a de Ponte (Vilaça e Lopes, 2005). Este elemento mediterrâneo está associado, de forma clara, a outros artefactos, entre os quais se deve destacar o conjunto de ponderais (*ibidem*). O contexto é inegavelmente do Final da Idade do Bronze.

PÉ DO CASTELO (BEJA)

Deste sítio, é proveniente uma peça de bronze com decoração entrançada, ou em forma de Y, e com espirais estampilhadas sobre os discos que a rematam (Lopes e Vilaça, 1998). A peça, que se encontra intacta, parece tratar-se de uma pega e estaria articulada com outro corpo de um qualquer material perecível (madeira ou couro?). Se não é fácil atribuir a este artefacto uma funcionalidade específica, a verdade é que a decoração e mesmo a forma indicam uma matriz mediterrânea inequívoca. Como chamou já à atenção R. Vilaça (2004a e neste volume), a decoração entrançada tem sido sempre relacionada com o mundo oriental, mais concretamente sírio-cipriota (Almagro Gorbea, 1989), ainda que o mesmo estilo decorativo, bem como aliás a tecnologia utilizada no fabrico das peças assim decoradas (a cera perdida) estejam bem documentados na Sardenha durante o Nurágico III, quer em peças idênticas, quer em trípodes. A pega do Pé do Castelo, bem como a do Monte de São Martinho (Vilaça, 2004a) e mesmo a

¹⁵ A ocupação do povoado da Serra Alta não se esgota na Idade do Bronze, havendo dados que indicam que o sítio também foi habitado durante o Neolítico e mesmo durante a Época Romana (Parreira e Soares, 1980; Soares 2005).

¹⁶ O tesouro do Baleizão, em boa hora recuperado, encontra-se em estudo, mas uma pequena nota sobre a sua descoberta e sobre o seu conteúdo foi já divulgada (Vilaça e Lopes, 2005). Deve destacar-se que «It is an exceptional bimetallic deposit...» (*ibidem*, 179) o que significa que, ao contrário do que se pensava «...gold and bronze did not always circulate in different spheres...» (*ibidem*).

de Pagança (Lopes e Vilaça, 1998, p. 73-74) têm justamente os seus melhores paralelos, no depósito de Monte Sa Idda, Cagliari (Taramelli, 1921: p. 59)¹⁷.

ATALAIA (OURIQUE)

Da necrópole da Atalaia são provenientes diversas contas de colar de pasta vítrea (Schubart, 1975: 98-100). Uma delas provém do *tumulus* central do monumento II, tendo Schubart sugerido a sua atribuição à cista II 5 (Schubart, 1975: Taf. 22, 195). Da sepultura V 22, que ocupa uma posição periférica no monumento V, são provenientes 23 contas de colar de pasta vítrea, translúcidas, encontradas juntamente com um vaso carenado e com duas contas de ouro (Schubart, 1975: Taf. 26). Da sepultura VI 1, localizada sob o *tumulus* central do monumento VI, são provenientes 11 contas de colar de pasta vítrea (Schubart, 1975: Taf. 28), encontradas juntamente com fragmentos de recipientes carenados. Desta necrópole, maioritariamente integrada no período I do Bronze do Sudoeste de Schubart (*ibidem*), mas onde alguns dos materiais cerâmicos recolhidos nos monumentos V e VI, bem como a presença das contas de vidro nos monumentos II, V e VI e a respectiva estratigrafia horizontal destes monumentos autorizavam já presumir uma utilização/construção também em época mais tardia, período II do Sudoeste de Schubart ou posterior (ver Schubart, 1975, p. 100, nota 529, pp. 145 ss.), foi possível obter uma datação de ¹⁴C para a sepultura IV 7, numa posição periférica no monumento IV, que deve ser valorizada no contexto deste trabalho (Schubart, 1975: 171 s.; Soares e Cabral, 1984). Trata-se de KN-I.201 - 2750 ± 50 B.P., cuja calibração a dois sigmas forneceu o seguinte intervalo de tempo: 1105-800 Cal. B.C. Pode pois considerar-se que as contas de vidro foram introduzidas entre o século X e IX no interior alentejano, antes portanto da chegada e instalação de fenícios ao território ocidental peninsular, ainda que neste mesma época existissem já colónias fenícias na área do Estreito. Com efeito, a data de 2750 ± 50 de Atalaia é rigorosamente idêntica à de Mezquitilla B1 - B-4178 - 2750±50 B.P., que calibrada indicou 1003-805 a.C. (Schubart, 1983: 130).). Neste contexto, será também de referir a presença, também no já referido monumento V e nos depósitos de enchimento da mamoa Z, junto à sepultura V 30, de um fragmento de vaso com carena estirada, forma esta atribuível ao Bronze final.

PASSO ALTO (SERPA)

O povoado do Passo Alto foi identificado por Rui Parreira e António Monge Soares na década de 70 do século XX (Parreira e Soares, 1980) e tem vindo a ser objecto de escavações arqueológicas dirigidas por aquele investigador (Soares, 2003; Soares, 2005). Trata-se de um sítio fortificado, com materiais exclusivamente do Bronze Final, onde dominam as cerâmicas, que são lisas na sua grande maioria, ainda que em prospecções tenham sido recolhidos fragmentos decorados com retícula brunida (*ibidem*).

Os trabalhos de prospecção dos anos 70 permitiram recolher à superfície uma conta de colar de pasta vítrea azul (Parreira e Soares, 1980, 8; Soares, 2005: 13, 5) que poderá ser relacionada com presenças pré-coloniais no território do Alentejo interior.

NOSSA SENHORA DA COLA (OURIQUE)

Sem contexto estratigráfico seguro, foi publicada uma fíbula de arco multicurvilíneo integrável no tipo 1c de Ponte (Ponte, 1986; 1999a; 2001). Inscreve-se, contudo, num subgrupo tardio deste tipo, caracterizado por um arco curvilíneo em forma de crescente ou de lúnula, que, sendo raro na Península Ibérica, é frequente em contextos do século VIII a.C. no Norte de Itália e na área setentrional francesa (*ibidem*). Do mesmo sítio, há, no entanto, um outro grupo de bronzes que, até há pouco tempo, permaneceu, inédito. O contexto é, contudo, também desconhecido. Do conjunto, fazem parte dois arcos de fíbulas, de tipo 1b de Ponte, bem como uma haste decorada com traços incisos transversalmente, terminando a extremidade conservada num arco que se encadeia com uma argola (Vilhena, 2006: 75). Ainda que não haja qualquer documentação gráfica disponível (desenho ou fotografia) nem sequer uma descrição pormenorizada, não é improvável que a peça corresponda à extremidade distal de uma fúrcula ou gancho de carne. Quer a decoração quer a morfologia aproxima este artefacto do conhecido no famoso «depósito» da Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul).¹⁸

AS ESTELAS DECORADAS DO SUDOESTE¹⁹

Já atrás referi, que a iconografia das estelas de tipo extremeño foi, desde cedo, o argumento mais esgrimido na defesa das teses que preconizavam a existência da pré-colonização (entre outros: Almagro Basch, 1966; Almagro Gorbea, 1977a, 1986, 1989, 1993a, 1993b; Benda-Galán, 1977, 1983; Gomes, 1990). Com efeito, a

¹⁷ Peças com decoração e forma idênticas à do Pé do Castelo foram recolhidas no Monte de São Martinho, em Castelo Branco (Vilaça, 2004a) e em Pragança (Lopes e Vilaça, 1998: p. 71-72). Mas a mesma decoração está também presente em Baiões, concretamente nos suportes.

¹⁸ Sobre a fúrcula de Baiões e a sua origem oriental ver Almagro Gorbea, 1989.

¹⁹ A abundante bibliografia sobre as estelas do Sudoeste, também chamadas de Guerreiro, de Tipo Extremeño ou de Tipo II, está sistematizada em Galán Domingo, 1993, Ruiz Gálvez, 1995b e Celestino, 2001a.

origem oriental, seja da fachada siro-palestiniana seja do Egeu, dos objectos representados nas estelas ditas de guerreiro ou do Sudoeste nunca foi posta em causa (*ibidem*, Galán Domingo, 1993, 2000; Celestino, 1990, 2001a), ao contrário do que sucede quanto ao seu significado, funcionalidade e mesmo cronologia específica, temas para os quais existe uma vasta diversidade de interpretações (Celestino, 1990; Ruiz Gálvez e Galán Domingo, 1991; Barceló, 1992; Galán Domingo, 1993; Ruiz Galvéz, 1995b; Ruiz Gálvez 1998a; Celestino, 2001a; Alarcão, 2001).

Não é este o lugar para discutir as muitas leituras que a funcionalidade das estelas já permitiu, nem sequer para rever as distintas propostas evolutivas apresentadas, ao longo das últimas décadas, de acordo com a tipologia das representações ou com o número de objectos esculpidos. Mas parece fazer sentido lembrar que estes monumentos têm vindo a ser datados de uma fase avançada do Bronze Final, concretamente entre os séculos X e IX a.C. ou mesmo IX – VIII a.C. e que a sua área de maior concentração corresponde às actuais províncias espanholas da Extremadura e da Meseta (Sul). As bacias do Tejo e do Guadiana, concretamente no curso médio de ambos rios, constituem-se como as zonas nucleares de concentração destes monumentos, que, no entanto, se estendem para Sul (bacia do Guadalquivir) e para Nordeste (vale do Ebro).

Uma vez mais, o Sul do território português é pobre em elementos deste tipo, podendo considerar-se que corresponde a uma área periférica de um núcleo central que a Meseta Sul a Extremadura e a Andaluzia Ocidental constituem.

Mais próxima desse núcleo central, encontra-se a estela da Herdade do Pomar (Ervidel, Beja), onde a representação se reveste de alguma complexidade cénica e talvez mesmo social (Gomes e Monteiro, 1977; Gomes, 1991). Com efeito, o escudo destaca-se enquanto elemento fundamental, não só pela dimensão, mas também pela posição central que estrutura a cena em dois planos. No superior, é visível um antropomorfo munido da sua espada e com lança sobre a cabeça, estando ainda rodeado dos seus objectos pessoais (fíbula, espelho, pinça e pente) e do seu cão (*ibidem*). No plano inferior, estão

representados dois outros antropomorfos, que neste caso se apresentam em posição horizontal (*ibidem*).

A interpretação funcional e tipológica, ou mesmo o significado simbólico da representação deste monumento, não parece relevante no contexto deste trabalho. Contudo, e a aceitarmos que a maior complexidade iconográfica corresponde a momentos mais avançados da elaboração das estelas deste tipo (por exemplo, Gomes e Monteiro, 1977, Celestino, 1990, 1995, 2001a)²⁰, estaremos perante um monumento relativamente tardio, que poderia ser datado do século VIII (Galán Domingo, 1993).

De qualquer modo, não parece discutível que muitos dos objectos gravados nesta estela, assim como em muitas outras da zona de Cáceres e Badajoz, concretamente as pinças, os espelhos, os pentes e as fíbulas, têm uma origem forânea, uma vez que não obedecem a padrões locais, reproduzindo, do ponto de vista estilístico, modelos de artefactos presentes em vastas áreas do Atlântico e do Mediterrâneo.

A um tipo mais antigo, pertencerá a estela de Figueira, Vila do Bispo (Algarve). Os elementos figurados são escassos, sendo a estela dominada pelo escudo, que aqui se representa também na área central. A personagem masculina está desprovida de objectos pessoais, estando armada apenas com uma lança, colocada em cima e à direita.

DISCUSSÃO

Os dados atrás enunciados permitem ainda algumas observações que tenham em consideração também as ausências, mesmo que saibamos que, neste caso concreto, os argumentos «*ex silentio*» devem ser relativizados em função das observações feitas em 1.

De qualquer modo, parece que existem argumentos para se defender que quase todo o Sul do território actualmente português se manteve relativamente à margem das redes de intercâmbio, atlânticas e mediterrâneas, que actuaram durante o Bronze Final, pelo menos durante as primeiras fases de activação dessas redes. Com efeito, não existem, nem no Alentejo interior nem no Algarve, quaisquer materiais que possamos relacionar com presenças orientais ou mesmo atlânticas em época anterior ao século IX a.C.²¹.

²⁰ A perspectiva evolucionista, muitas vezes defendida para atribuir uma cronologia às estelas de tipo extremeño, já foi posta em causa, tentando-se interpretar a maior ou menor complexidade das cenas gravadas através da realidade social do final da Idade do Bronze, no Sudoeste (Moreno Arrástio, 1998, Barceló, 1992, Alarcão, 2001).

²¹ Os artefactos metálicos que poderiam relacionar-se com o chamado «circuito atlântico» também são escassos na área tratada. As espadas de «língua de carpa» de Safara (Moura) e Cacilhas (Almada), e pistiliformes de Évora, os punhais de tipo «Porto de Mós» de Arraiolos, Neves II e Coroa do Frade, ou as foices de bronze de Mértola e de Santiago do Cacém constituem-se como excepções num panorama em que os objectos supra regionais são muito raros. A produção local de alguns está atestada, concretamente no Castro dos Ratinhos (Moura). Como já atrás se referiu, os trabalhos que têm sido desenvolvidos no sítio de Moura provaram a existência de uma forte ocupação do Bronze Final à qual se sobrepõe outra da Idade do Ferro (Silva e Berrocal, 2005). No trabalho que já foi publicado sobre os resultados da 1ª Campanha (*ibidem*), não existem referências a achados que possam relacionar-se com presenças mediterrâneas ou mesmo atlânticas. Contudo, em 2006, foi divulgada na imprensa o aparecimento de um fragmento de molde para espadas de tipo «língua de carpa». De qualquer forma, a adscrição das espadas pistiliformes ou de tipo «língua de carpa» à «rede atlântica» ou à «rede mediterrânea» não é de todo pacífica, ainda que a anterioridade das primeiras em relação às segundas pareça estar provada.

E mesmo no litoral ocidental, concretamente no estuário do Tejo (Quinta do Marcelo) ou na Península de Setúbal (Roça do Casal do Meio) o que existe deixa antever que foi apenas no século X que houve vinculação aos circuitos de intercâmbio que em grande parte formataram o final da Idade do Bronze.

Esta situação, que contrasta de forma clara com o que se verifica na Beira Interior²², não é contudo muito distinta do que se observa na Andaluzia Ocidental, sendo aí também o século X o momento de viragem.

O Alentejo interior e mesmo a fachada ocidental do Sul português parecem ser, durante o século XI, e, na primeira das áreas, ainda no X e mesmo no IX, meros consumidores esporádicos de produtos forâneos, estando à margem dos referidos circuitos de intercâmbio estabelecidos entre o Atlântico e o Mediterrâneo a partir pelo menos do século XIV a.C. Esta marginalidade poderá compreender-se melhor se pensarmos na tardia orientação do interior Sul. Pelo contrário, o facto de o estuário do Tejo e da parte inferior do curso do mesmo rio parecer ser, em Portugal, a região mais precocemente visitada por colonos orientais durante a Idade do Ferro (Arruda, 2005a e b) deverá compreender-se através da integração da região beirã, durante a Idade do Bronze, nas rotas trans-regionais das duas últimas centúrias do 2º Milénio a.C.

O caso do Algarve não deixa contudo de criar perplexidade, sobretudo, para a sua área oriental. Além da proximidade com Huelva, concretamente do seu depósito e do seu estrato «gris negrusco», existem, quer em Tavira (Maia, 2003b) quer em Castro Marim (Arruda, 1999/2000; 2005 a e b), evidências do estabelecimento precoce de fenócios ocidentais. Mas, até ao momento em que escrevo, não foram identificadas ocorrências de espólios mediterrâneos datados do Bronze Final.

A situação de margem, mesmo em momentos tardios, está também evidenciada na fraca expressão das estelas de tipo II ou Extremeño, documentadas apenas pelos exemplares de Ervidel e de Vila do Bispo.

Se o estanho das Beiras contrasta com o cobre alentejano em termos de recursos desejáveis por parte dos grupos exógenos, há também que pensar que as comunidades indígenas poderiam não ter condições económicas, sociais e mesmo políticas para permitir uma integração nas redes de troca existentes, não evidenciando interesse em participar nelas até ao século X, no litoral, e até ao IX, no interior. De facto, se se sabe pouco sobre o chamado Bronze Final III, sobre a fase imediatamente precedente a informação é ainda mais escassa, não sendo impossível pensar que a ocupação concentrada nos grandes

povoados de altura se iniciou justamente quando se começam a incorporar elementos mediterrâneos, o que explicaria a fraca adesão a esses produtos em momentos anteriores. Como foi dito há poucos anos para a Andaluzia ocidental, «La participación e implicación de grupos e individuos en redes de intercambio es una elección social... Densidades populacionales excesivamente bajas y economías de carácter extensivo, que permiten una baja movilidad de trabajo y recursos, y una escasa relevancia en sus estrategias de promoción y/o legitimación social y política de los bienes forâneos ofertados por los traficantes que actúan en las redes atlántico-mediterrâneas, parecen constituir el marco idóneo para entender el poco interés que parecen mostrar las comunidades de Andalucía occidental en adquirir mayor protagonismo en los tráficos comerciales que atraviesan en estos momentos sus propias costas» (Delgado Hervás, 2001: 301-302).

De qualquer forma, e agora ao contrário do que se passou na Andaluzia Ocidental, nem no século X, nem sequer no IX, se produz no sul de Portugal qualquer salto quantitativo ou qualitativo, não tendo havido a «...verdadeira integración destas comunidades en los circuitos mediterrâneos». (*ibidem*: 303).

Do conjunto de situações apresentadas, deve também realçar-se a percentagem significativa de artefactos de adorno. O inventário efectuado mostra que o Mediterrâneo se apresenta no Sul, como aliás no centro, sobretudo ao nível das fíbula, primeiro de arco multicurvilinear, depois de dupla mola. As fíbula são transversais aos contextos conhecidos (necrópoles e povoados), mas as pinças não aparecem em contexto de *habitat*, registando-se apenas na Roça do Casal do Meio, e as contas de colar de vidro são também provenientes de uma necrópole, a Atalaia, ainda que, pelo menos uma, tenha sido recolhida num povoado (Passo Alto). A estética mediterrânea, quer ao nível do tratamento do corpo (pinças, pentes) quer ao nível da incorporação de novos hábitos de vestuário (fíbula), impôs-se, assim, primeiro neste aspecto e não em outros mais prosaicos e comuns, nomeadamente os que se poderiam manifestar por artefactos relacionados com as práticas agrícolas, por exemplo.

A presença de artefactos de âmbito mediterrâneo no Sul do território actualmente português em momento anterior à instalação de colonos fenícios na fachada atlântica peninsular é actualmente indiscutível. Como se viu, e ainda que não sejam particularmente abundantes na região que me coube tratar, os dados existentes mostram que nas últimas décadas do 2º milénio e, sobretudo, na 1ª centúria do 1º as populações da área meridional portuguesa consumiram

²² Ver, neste mesmo volume, o texto de Raquel Vilaça.

alguns artefactos filiados em modelos mediterrâneos, artefactos que se relacionavam, preferencialmente com o adorno e com o vestuário. Mas foram sempre, pelo menos no actual estado dos conhecimentos, consumos muito esporádicos numa fase inicial (século X), pelo menos no interior, e ainda raros em fases posteriores (século IX).

Esta tardia e pouco intensa presença traduzirá alguma marginalidade, mas deverá esperar-se que os novos projectos em curso na região possam iluminar muitos pontos obscuros do Bronze Final do Sul de Portugal e seja possível esclarecer se esta situação de margem é de facto real ou resulta apenas do fraco investimento realizado até ao momento presente sobre o período em análise.

De qualquer modo, o pouco que existe não sugere que estes artefactos mediterrâneos decorram de acções preparatórias de uma colonização que se pretendia concretizar em momento posterior. Ou seja: não parece haver continuidade entre estes artefactos mediterrâneos que circularam integrados em circuitos e redes complexas, aparentemente divergentes e com pólos diferenciados (ainda que em determinado momento se criem relações de intercâmbio entre os vários agentes e há talvez convergência entre os dois circuitos) e a chegada de fenícios à Península Ibérica integrados num processo detalhadamente programado pelo Templo e pelo Palácio e de claros contornos coloniais²³.

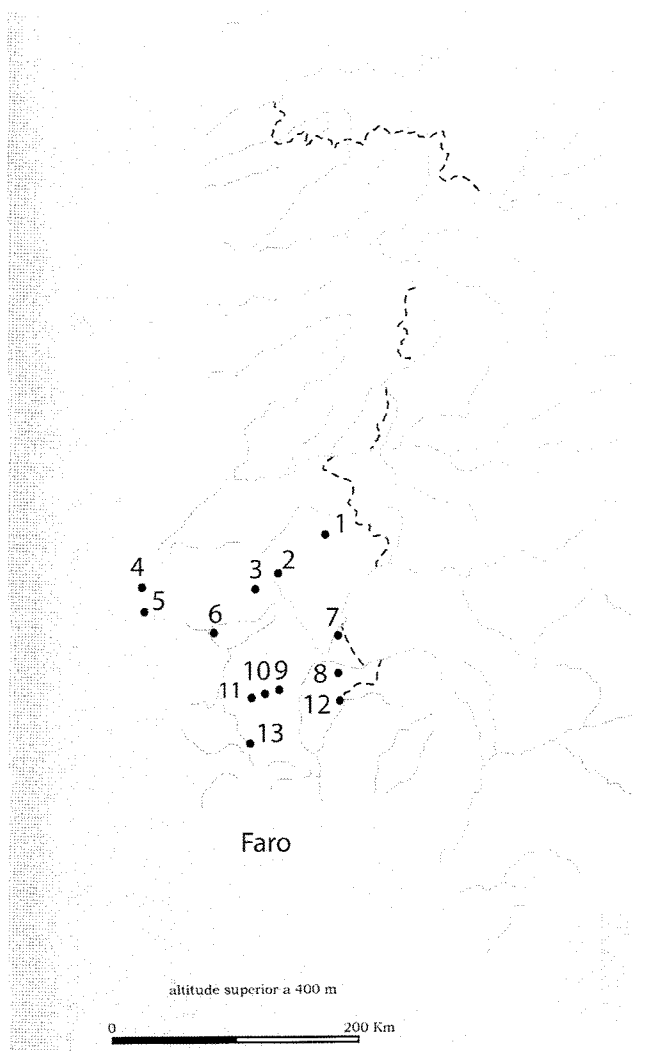
ABSTRACT

Between the twelfth and eighth centuries BC, Mediterranean artefacts are rare in the South of Portugal.

Such a situation, so different from what we can observe in the central area of the country (Beiras), could, at least in part, be justified by a lack of study of the Final Bronze Age in the south of the country. However, the data has been listed and discussed.

The presence of Mediterranean artefacts in South of Portugal, before the arrival of Phoenician colonisers in the Atlantic façade of the Iberian Peninsula is, now, unquestionable. The data shows that in the last few decades of the second millennium and in the first few of the first, local populations in the Portuguese southern area were using artefacts originating from the Mediterranean and were acquainted with Mediterranean adornment and clothing. Such links can be demonstrated only sporadically in an initial phase (tenth century), at least in the interior, and are still rare in later phases (ninth century). This rare presence may be related to the reduced interest of the eastern navigators in the Alentejo and Algarve resources. But, we must also consider that the indigenous groups may have had little interest in becoming involved in the final Bronze Age networks of Atlantic-Mediterranean exchanges. This analysis, and the geography of the Mediterranean «pre-colonial» in Alentejo and Algarve, also suggests that there is no continuity between these Bronze Age Mediterranean artefacts and the arrival of Phoenician settlers on Portuguese territory in the middle of the eighth century BC.

²³ Agradeço a: Sebastian Celestino, que suportou os atrasos; Ana Melo e Rui Mataloto, que esclareceram todas as dúvidas; Manuel Calado que cedeu as datas de 14C da Rocha do Vigio; a Rui Parreira, que leu e sugeriu e Raquel Vilaça, que não deixou que eu desistisse.



1 - Cabeço de Vaimonte, 2 - Castelo de Arraiolos, 3 - Coroa do Frade, 4 - Quinta do Marcelo, 5 - Roca do Casal do Meio, 6 - Alcaer do Sal, 7 - Rocha do Ungio, 8 - Passo Alto, 9 - Baleizão, 10 - Pé do Castelo, 11 - Ervidel, 12 - Passo Alto, 13 - Castro da Cola.

Figura 1
Sítios do Bronze Final do Sul do território português que forneceram espólios «pré-coloniais».

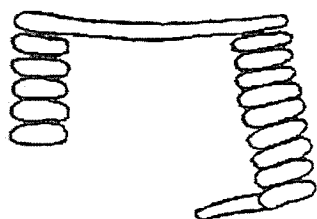


Figura 2
Fíbula de dupla mola da Quinta do Marcelo-Almada, segundo Barros (1998).

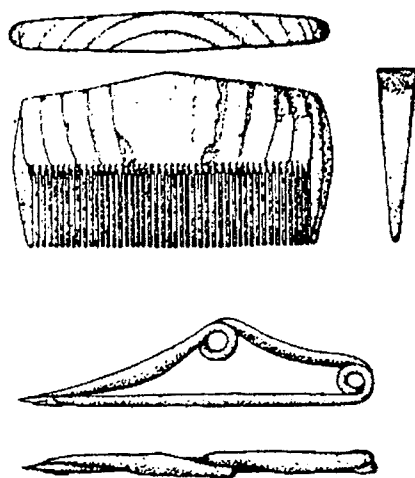


Figura 3
Pente de marfim e fíbula de tipo 1ª da Roca do Casal do Meio - Sesimbra, segundo Espinosa (1973/74).

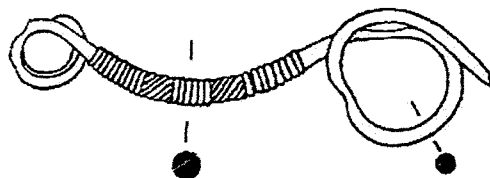


Figura 4
Fíbula do tipo 1b, segundo Ponte (2001).

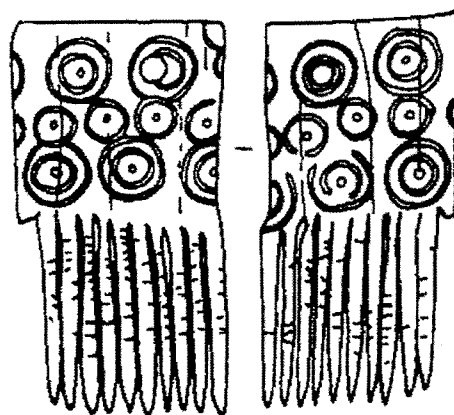


Figura 5
Pente de marfim do Cabeço de Vaimonte-Monforte, segundo Fabião (1996).

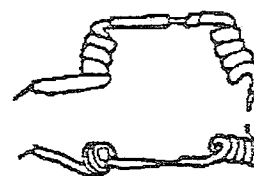


Figura 6
Fíbula de dupla mola da Corôa do Frade - Évora, segundo Arnaut (1979).

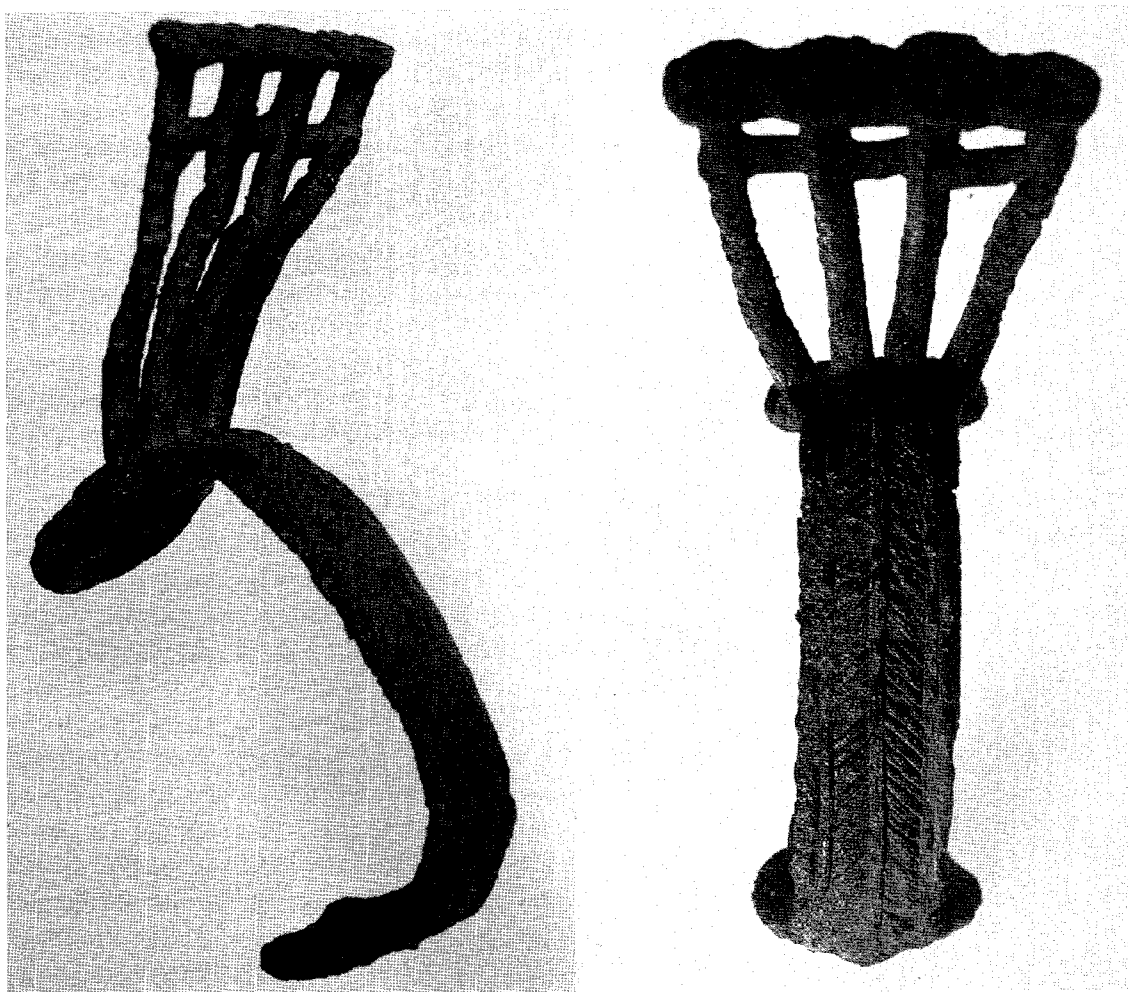


Figura 7
Peça de Bronze com decoração entrançada do Pé do Castelo-Beja (fotografia de Raquel Vilaça).

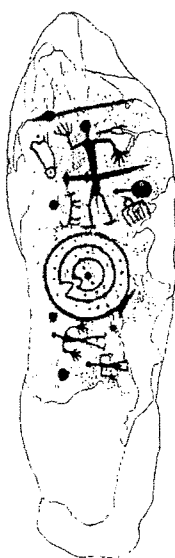
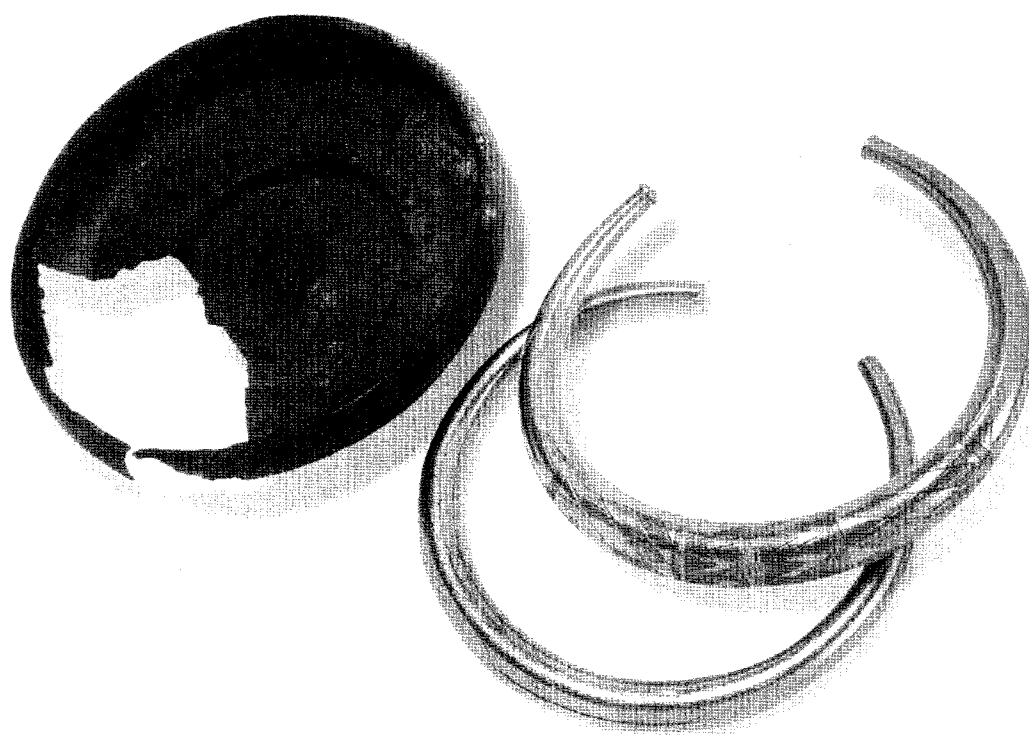


Figura 8
Estela de Ervidel-Beja, segundo Gomes e Monteiro (1977).

S. Celestino, N. Rafel y X.-L. Armada
(editores)

Contacto cultural entre
el Mediterráneo y el Atlántico
(siglos XII-VIII a.n.e)

La precolonización a debate



CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS
Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma